

ESTADO, ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL E SOCIEDADE: AS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA POBREZA EM UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR¹

BATISTA, Elicardo Heber de Almeida²

Recebido (Received): 03-07-2017 Aceito (Accepted): 12-02-2019

DOI:

Como citar este artigo: BATISTA, E. H. de A. Estado, Estado do bem-estar social e sociedade: as políticas sociais e a questão da pobreza em uma perspectiva multidisciplinar. **Formação Online**, v. 26, n. 48, p. 2-32, 2019.

Resumo

A temática da pobreza tem ocupado um lugar de destaque nas agendas públicas nacionais e internacionais, e diferentes governos, entre eles, o brasileiro, têm ampliado programas e políticas de enfrentamento à pobreza, pelo menos nos últimos anos do século XX e, de forma mais expressiva, após a década de 1990. Este artigo tem como principal objetivo sistematizar e apresentar os conceitos relativos à pobreza e aos indicadores deste fenômeno social. Serão também discutidos conceitos que trazem em sua essência elementos promotores das desvantagens sociais, em especial a exclusão e a marginalização social. Mesmo considerando as distintas perspectivas sobre a pobreza, com a complexidade que será abordada nesta discussão, ao longo do texto, será apresentada uma proposta de abordagem desse conceito para o entendimento de realidades específicas no Brasil, notadamente para tratar de experiências locais marcadas pela pobreza econômica. Ademais, o texto também apresentará um debate teórico, evidências empíricas e indicadores sobre pobreza e exclusão social na Europa, sobretudo no caso português.

Palavras-Chave: Pobreza. Marginalização. Exclusão social. Políticas sociais.

STATE WELFARE STATE SOCIAL AND SOCIETY: SOCIAL POLICIES AND THE ISSUE OF POVERTY IN A PERSPECTIVE MULTIDISCIPLINARY

Abstract

Theme of poverty has come to occupy a prominent place on the national and international political agenda, and various governments, including Brazilians, have expanded programs and poverty reduction policies, at least in the final years of the twentieth century, and in a more expressive way, after the decade of 90. Our objective is to systemize and present the concept of poverty and the indicators of this harmful social phenomenon. We also discuss concepts that bring important elements of social disadvantage, in particular the exclusion and social marginalization. Whereas different poverty complex prospects, to be addressed in discussion throughout the text, shall result in a proposal for the approach to this concept and to achieve a better understanding of specific national realities in Brazil, markedly related to deal with local experiences scarred by intractable poverty. In addition, the text is seeking to widen the theoretical discussion from empirical evidence containing indicators on poverty and social exclusion in Europe, particularly in the case of Portugal.

Keywords: Poverty. Marginalization. Social exclusion. Social policies.

ESTADO DEL ESTADO DE BIENESTAR SOCIAL Y LA SOCIEDAD: POLÍTICAS SOCIALES Y EL PROBLEMA DE LA POBREZA EN UNA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR

¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. E-mail: elicardoheber@yahoo.com.br

Resumen

El tema de la pobreza ha ocupado un lugar destacado en las agendas públicas nacionales e internacionales y de diferentes gobiernos, entre ellos el brasileño, se han ampliado los programas y las políticas para hacer frente a la pobreza, al menos en los últimos años del siglo XX, de forma más expresiva después de la década de 1990. Este artículo tiene como principal objetivo sistematizar y presentar los conceptos relacionados con la pobreza e indicadores de este fenómeno social. También serán discutidos conceptos que traen en su esencia elementos promotores de las desventajas sociales, en particular, la exclusión y la marginación social. Incluso considerando diferentes perspectivas sobre la pobreza, con la complejidad que serán abordadas en esta discusión, a lo largo del texto será presentada una propuesta que aborda ese concepto para poder comprender las realidades específicas en Brasil, sobre todo para tratar las experiencias locales marcadas por la pobreza económica. Además, el texto expondrá un debate teórico, las evidencias empíricas y los indicadores sobre la pobreza y la exclusión social en Europa, principalmente el caso portugués.

Palabras clave: Pobreza. Marginación. Exclusión social. Políticas sociales.

1 Introdução

Este artigo tem como principal objetivo sistematizar e apresentar os conceitos relativos à pobreza e aos indicadores deste fenômeno social. Serão também discutidos conceitos que trazem em sua essência elementos promotores das desvantagens sociais, em especial a exclusão e a marginalização social. Mesmo considerando as distintas perspectivas sobre a pobreza, com uma complexidade que será abordada nesta discussão, ao longo do texto, será apresentada uma proposta de abordagem desse conceito, para o entendimento de realidades específicas no Brasil, notadamente para tratar de experiências locais marcadas pela pobreza econômica. Ademais, o texto também apresentará um debate teórico, evidências empíricas e indicadores sobre pobreza e exclusão social na Europa, sobretudo no caso português.

2 A pobreza, um fenômeno social contínuo em distintos universos sociais

A pobreza econômica é um fenômeno determinado por processos sociais e econômicos interligados à inserção social e econômica dos indivíduos, que ocorre distintamente e de forma dinâmica ao longo das trajetórias de vida (MARQUES, 2010).

É considerável a literatura que trata do fenômeno da pobreza e de suas mais diversas expressões. Estudos com foco em aspectos gerais ou em realidades locais estão presentes, sobretudo na Sociologia e Economia. Estes dois campos do conhecimento científico contemplam um ramo denominado “sociologia da pobreza e economia da pobreza”, no âmbito do qual se trava um largo debate, principalmente tratando das suas múltiplas expressões no mundo urbano, pois, como afirma Lavinias (2003, p. 26),

[...] a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano de condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é, na verdade, o que estrutura o conjunto de relações e interações entre sociedade civil, o Estado e o mercado [...] Ela também é urbana porque desafia a governabilidade urbana, exige dos governos locais soluções rápidas e efetivas, inscreve no território da cidade marcas indelévels das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento [...] É urbana porque cada vez mais as formas de regulação de pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção da cidadania urbana. [...] A pobreza no campo e nas áreas rurais reflete a urbanidade ao ser mensurada e estimada³.

No âmbito geral, são expressivos, na América Latina, os estudos centrados na temática da pobreza, sobretudo retratando a dimensão econômica e o mercado de trabalho, tidos como dois pontos essenciais para o entendimento do referido fenômeno. Ainda que haja uma diversidade nas expressões da pobreza nas escalas locais, há quase sempre uma relação direta entre ela e os processos econômicos gerais, o mercado de trabalho e os rendimentos particulares/familiares ou domiciliares⁴. Esta tríade não explica o fenômeno em sua totalidade, mas são pontos essenciais nos estudos sobre as experiências da pobreza.

A temática da pobreza tem ocupado um lugar de destaque nas agendas públicas nacionais e internacionais, e diferentes governos, entre eles, o brasileiro, têm ampliado programas e políticas de enfrentamento à pobreza, pelo menos nos últimos anos do século XX e, de forma mais expressiva, após a década de 1990.

O debate sobre a pobreza econômica como importante questão social surge na Europa e na América Latina ao mesmo tempo em que crescem as grandes cidades, com um novo cenário de concentrações populacionais inseridas em condições de vida extremamente precárias. Mesmo que, com características locais próprias, o surgimento das grandes cidades, tanto no contexto europeu quanto na América Latina, é resultado de um contínuo fluxo migratório do campo para a cidade.

O fenômeno social da migração representou, portanto, o deslocamento de um grande contingente de mão de obra de origem rural (indivíduos ou famílias) para as cidades, em busca

³ Os indicadores de pobreza para os universos rurais e urbanos são comuns, ainda que o custo de vida no mundo rural tende a ser menor, considerando a redução de despesas individuais e familiares com transportes, alugueis etc. Entretanto, os pobres rurais têm, em circunstâncias específicas, demandas distintas das dos urbanos, entre elas, a necessidade de incentivos à produção agrícola (produção animal e vegetal) ou meios para mitigar o isolamento geográfico, para ficarmos em apenas dois exemplos.

⁴ Estes elementos nos dão uma ideia geral do fenômeno da pobreza. Entretanto, nas três dimensões escalares, nação, região e local, há outros elementos que compõem o problema da pobreza. Como um dos vários exemplos, Milton Santos (2009) trata da crise urbana resultante da explosão demográfica devido às migrações, entre elas, a do tipo campo-cidade, de que resultaram pressão demográfica e falta de empregos, tendo como consequência a ampliação da pobreza urbana e a precarização das condições de vida, dentre as quais se destaca a questão da moradia, largamente estudada por Mike Davis (2006) em sua obra “Planeta Favela”.

de trabalho e melhores condições de vida, ou seja, a mobilidade espacial como experiência que poderia ampliar o campo de possibilidades para a mobilidade social. No âmago desse processo, porém, encontram-se, de um lado, a apropriação do espaço urbano e a necessidade de moradia, trabalho e rendimentos e, de outro, a ausência de emprego, de condições dignas de moradia, de equipamentos públicos de saúde e educação etc.

A dificuldade de acesso a esses elementos significava (e permanece significando) precariedade das condições de vida e exclusão social, ainda que esta seja um fenômeno mais amplo que a pobreza econômica. Nesse sentido, as intervenções públicas e a necessidade de regulação eficaz surgem como demandas, para a instituição de uma nova ordem social em ambientes sociais consideravelmente distintos, primeiro na Europa e, um pouco depois, na América Latina.

Pobreza e exclusão social, dois importantes fenômenos sociais nas sociedades contemporâneas, expressam um problema estrutural com que se deparam tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento (DAVIS, 2006), com uma generalização da pobreza na escala mundial, mas com singularidades na história das sociedades periféricas, entre elas, o Brasil (SANTOS, 2009).

Em diferentes épocas e lugares, dependendo dos sistemas políticos, econômicos e sociais, da cultura e tradições, ou tecnologias disponíveis, o processo de diferenciação social, econômica e espacial tem se materializado de formas distintas ao longo da história. Entretanto, a pobreza é um fenômeno presente em todas as sociedades, ainda que tenha maior expressão em determinados lugares do/no mundo, entre eles, novamente o Brasil. Mesmo considerando que no Brasil, em termos absolutos, a pobreza concentra-se nas áreas urbanas, em termos relativos, sua incidência é maior nas áreas rurais. Em 2007, havia no país 58 milhões de pobres (30% da pobreza latino-americana), cuja concentração nas áreas rurais era 1,7 vezes maior que nas áreas urbanas (LEITE *et al.*, 2013).

A existência das desigualdades sociais e espaciais é tão evidente, que não são necessárias análises tão refinadas para percebê-las. Se nos ativermos a certos indicadores sociais e econômicos de uma determinada sociedade, como por exemplo, renda, escolaridade e posse de bens materiais, será fácil observar as diferenças entre as pessoas e as expressões de níveis diferenciados de pobreza.

A permanência dos fenômenos pobreza, marginalidade, exclusão e vulnerabilidade social nas experiências dos países tem provocado uma crescente sensibilização no campo

acadêmico, nos meios políticos e na sociedade em geral⁵, em torno dessas questões sociais. Este fato exigiu um aprofundamento dos conceitos e dos modelos interpretativos (causalidades, formas e conteúdos), por parte do campo acadêmico, do político e da sociedade civil organizada⁶, no que se refere à pobreza e suas expressões, sobretudo a econômica e a carência social e material. Essa afirmação tem sua relevância, visto que o debate sobre pobreza não era preocupação central nem na política, nem na academia. A pobreza era entendida como uma espécie de anomalia no âmbito de uma sociedade moderna. Nesse sentido, não haveria necessidade de uma sistemática intervenção, fosse do Estado, da sociedade civil organizada, ou das ONGs, muito menos da proposição de teorias específicas para o entendimento do fenômeno.

A visão vigente era de que o crescimento econômico ligado à ideia de desenvolvimento social seria um caminho inevitável para a redução da pobreza. Esta era a proposta para a redução da pobreza nas sociedades industriais e que permaneceu ao longo dos últimos 200 anos (séculos XIX-XX)⁷. A redução da pobreza se daria mediante maiores oportunidades de emprego, consumo e crescimento da riqueza que seriam criadas nas distintas sociedades. A ideia de pobreza estava então associada à da ausência de riqueza e ao efeito imediato das privações sociais. A possibilidade de diminuir as privações se daria pelo crescimento econômico e por intervenções compensatórias pontuais de caráter assistencialista, com ações direcionadas aos mais pobres.

Nesse contexto, os agentes políticos e técnicos dos países ricos (bloco europeu, EUA, Canadá etc.) acreditavam que a pobreza era uma questão para os países subdesenvolvidos, pois nesse universo é que se concentravam o “problema” e seus efeitos agregados (miséria, exclusão,

⁵ Pobreza econômica, exclusão social e precariedade humana são fenômenos que estão na ordem do dia, na medida em que, em grau maior ou menor, estão presentes no universo de distintas sociedades. De forma mais profunda, esses fenômenos interferem nos direitos fundamentais dos seres humanos e os excluem ou os colocam à margem dos circuitos de consumo, da produção e da participação na vida econômica, social, política e cultural. Os próprios objetivos das Metas do Milênio, definidos pela ONU em 2000, refletem o desafio de redução, pela metade, da pobreza extrema para o ano de 2015. Na experiência de países ricos, como no caso dos pertencentes à União Europeia, foi definida a redução da pobreza econômica como umas das questões centrais do bloco, e o enfrentamento desse problema é visto como um importante elemento da ausência de coesão social no bloco. A Organização Social do Trabalho (OIT), desenvolvendo atividades no âmbito do trabalho e da justiça social, entende que a luta contra a pobreza econômica/material e a inclusão social, política e cultural é um dos maiores desafios das sociedades contemporâneas. Nesse sentido, melhores condições de trabalho, diálogo e proteção social são fatores de combate à exclusão social e constituem um desafio para os diferentes agentes sociais.

⁶ Com destaque para o terceiro setor, sobretudo as Organizações Não Governamentais (ONGs).

⁷ O relatório “A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal: experiências do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza”, como parte das pesquisas do *Bureau International du Travail* (2003), traz um interessante resgate sobre as visões acerca da pobreza ao longo da história. A experiência europeia possui especificidades distintas em relação à brasileira, mas muitos pontos em comum. No geral, as políticas sociais e o combate à pobreza, no caso brasileiro, apresentam similaridades com as políticas sociais europeias, entre elas, as transferências diretas de renda. Entretanto, diferente do caso europeu, o Brasil apresenta uma rede social de proteção mais frágil e com ações mais fragmentadas que as europeias.

fome etc.). Naqueles países, o fenômeno da pobreza tinha recuado a níveis civilizados, em consequência de seu processo de desenvolvimento, ou seja, o crescimento econômico de base industrial.

Entretanto, os debates acadêmicos, os indicadores sociais e os relatórios de órgãos internacionais, como Banco Mundial, Comissão da União Europeia, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) etc., apontam para um constante mal-estar associado a problemas de pobreza e exclusão social, os quais têm produzido um cenário diferente, sobretudo após a década de 1970, até o século XXI. A pobreza e a exclusão social têm persistido em distintas sociedades e agravado suas expressões, desde as formas mais tradicionais (ausência de renda, como exemplo emblemático), até o surgimento de novas modalidades, como a exclusão digital, e isso vem ocorrendo mesmo nos países ricos.

Os indicadores sobre pobreza econômica e exclusão social presentes no relatório do Comitê de Proteção Social⁸ que propõe estratégias para o universo da União Europeia em 2020 apresentam uma relativa dimensão do fenômeno. Um a cada cinco europeus está em risco de pobreza econômica e exclusão social e 40 milhões de pessoas encontram-se em condição de privação severa, considerando os dados disponíveis em 2010. Entre os diferentes grupos sociais, as crianças representam o de maior risco de pobreza e exclusão social: 25 milhões. Em 2010, a população da Europa a 27⁹ era de 501,1 milhões de habitantes. Dessa totalidade, chamava a atenção o número expressivo de 80 milhões de cidadãos (16% da população) em condições de pobreza econômica, 20 milhões dos quais eram crianças. Da população ativa, 22 % estavam em risco de pobreza e 8% em condições de pobreza econômica.

As experiências dos países europeus em períodos de crise econômica apontam para um crescente aumento da desigualdade social e da pobreza. Em 2014, em Portugal, por exemplo, quase um quinto da população economicamente ativa estava desempregada. Esse indicador só não era mais alto em decorrência da saída anual de 100 mil portugueses que emigram para destinos diversos (sobretudo Inglaterra e Angola), em busca de inserção nos mercados de trabalho. Os postos de trabalho existentes no mesmo período eram inferiores aos registrados na

⁸ *The social dimension of the Europe 2020 strategy: a report of the Social Protection Committee (2011)*, European Commission, DG Employment, Social Affairs and Inclusion, March 2011.

⁹ **Europa a 27** representa os 27 países membros da Comunidade Europeia. Atualmente a União Europeia é integrada por: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia e Suécia.

década de 1990. Os portugueses que permaneciam no país, preservando os seus empregos, após 2005, passaram (e continuam passando) por um contínuo processo de perda do poder de compra (tanto trabalhadores em funções públicas quanto em empresas privadas), mediante a redução dos salários e a imposição de uma alta carga fiscal. Os rendimentos disponíveis das famílias recuaram em mais de 6%, ou seja, no geral, o país empobreceu (PERES JORG, 2014). Em 2014, os indicadores de pobreza em Portugal eram idênticos aos de 2003 e 2004, conforme os dados retirados do inquérito sobre as condições de vida e rendimento¹⁰ das famílias portuguesas, divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014). Em 2013, a taxa de pobreza em Portugal era de 19,5%. Os portugueses retrocederam para 2005, considerando que a taxa de pobreza era, então, de 18,5%¹¹.

Os conceitos de pobreza e exclusão têm sido cada vez mais discutidos, principalmente entre os cientistas sociais, os agentes políticos e os técnicos de intervenção, sobretudo pela permanência do fenômeno. Entretanto, os elementos que caracterizam a pobreza econômica e a exclusão social, sua crescente complexidade e os fatores a serem considerados e analisados têm dificultado a compreensão e a definição das fronteiras e dos conteúdos desses fenômenos sociais.

No âmbito do discurso político e na própria formulação e avaliação de políticas sociais, são amplamente confundidos os conceitos de pobreza e exclusão social, dando-se mais importância a esta do que àquela. Embora sejam conceitos distintos, ambos pretendem apresentar um conjunto de desvantagens sociais que alguns indivíduos ou grupos sociais possuem em relação a uma norma, ou seja, a que trata da satisfação de determinadas necessidades básicas relacionadas a distintos padrões dominantes de bem-estar. O conceito de pobreza é mais antigo que o de exclusão social e esteve durante muito tempo associado à ideia de insuficiência de rendimentos e/ou de consumo (bem-estar material), tendo avançado no sentido de tentar melhor entender as distintas formas de expressão da pobreza material nas sociedades contemporâneas, para além da pobreza econômica e/ou material.

¹⁰ A experiência portuguesa demonstra a ampliação dos indicadores de pobreza em um intervalo de três anos (2009 a 2013). Nesse período houve aumento tanto no índice de pobreza quanto no relativo aos riscos de pobreza. A questão que se põe é que o aumento do risco de pobreza foi acompanhado por um aumento da desigualdade social. Se considerarmos apenas os indicadores de desigualdade econômica (desigualdade da distribuição de rendimentos), medida através do Coeficiente de Gini, os dados indicam 33,7%, em 2009, para 34,2%, em 2012. Esses indicadores sugerem uma ampliação das desigualdades entre os mais ricos e a base da pirâmide social portuguesa. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014).

¹¹ Na União Europeia, considera-se que uma pessoa vive em situação de risco de pobreza quando os seus rendimentos são inferiores a 60% do rendimento médio por agregado familiar do respectivo país. No ano de 2014, o salário mínimo vigente em Portugal era de € 485,00.

É fato que a literatura produzida no campo acadêmico europeu e latino-americano para tratar do fenômeno da pobreza e de suas mais distintas expressões abrange estudos principalmente da Sociologia e da Economia, mas a Geografia, em especial na Europa, tem contribuído consideravelmente para os debates relativos à questão da coesão social e territorial.

No contexto europeu, notadamente ao longo do século XX, o combate à pobreza econômica e suas outras expressões eram atribuições do Estado do bem-estar social, capaz de realizar a distribuição – independente de seus modelos de funcionamento – dos resultados da prosperidade econômica, ofertando proteção social em contextos de crise e instabilidade, que afetavam a integridade física, a segurança e o bem-estar dos indivíduos (ESPING-ANDERSEN, 1990). A crise desse modelo provocou a construção de um novo sistema de proteção social. Em grande medida, o combate à pobreza, e principalmente à exclusão social, é responsabilidade dos governos locais, o que leva ao surgimento local de regulação da pobreza (MINGIONE; OBERTI, 2002). Entretanto, os sistemas nacionais europeus de welfare tendem a caminhar para uma estratégia comum, sobretudo entre os países membros da União Europeia, através da implementação de um conjunto diversificado de programas focalizados e desenhados para situações específicas com vistas a solucionar problemas relativos à ausência de coesão social entre os países componentes do referido bloco.

O fenômeno social da pobreza na Europa¹² foi analisado sob diferentes abordagens a partir dos anos 1960. O quadro 1 tenta sintetizar como foi definida a pobreza (a evolução de suas tipologias e o seu tratamento político) em três grandes períodos, mesmo considerando que os critérios de classificação são construídos conservando elementos do período anterior.

Quadro 1 - O conceito de pobreza na experiência europeia

Período	Conceito	Principais características
Década de 1960	Necessidades insatisfeitas	Define padrão mínimo de condições de vida. Pobreza absoluta/indigência: refere-se a todos os indivíduos cujo padrão de consumo situa-se abaixo de um mínimo vital em decorrência do <i>déficit</i> de renda.
Década de 1970	Pobreza relativa	Identifica a posição social dos pobres considerando o padrão médio de consumo da população como um todo. Pobres são aqueles que, relativo ao restante da população, possuem um padrão médio de consumo abaixo do restante. Considera não apenas os <i>déficits</i> de renda, como também o não acesso a um conjunto de bens e serviços existentes na sociedade.

¹² Ao analisar o debate sobre pobreza no campo acadêmico brasileiro, em especial os estudos de Lavinias (2003), percebemos a forte influência dos estudos europeus nas pesquisas locais e nas perspectivas de abordagem sobre a temática.

		Evolução do enfoque apenas no rendimento (ou na falta dele) para uma proposta mais ampla para falta de recursos. A pobreza e a sua intensidade passam a ser calculadas considerando como base a medida de desigualdade. Objetivação da pobreza considerando determinados critérios, sobretudo ausência de rendimentos, moradia e capital humano.
Década de 1980-início do século XXI	Ampliação do conceito de exclusão social	Considera os aspectos subjetivos da pobreza: sentimento de rejeição, perda de identidade/sentimento de pertencimento, perda dos laços sociais/comunitários, frágeis relações de sociabilidade. Relações baseadas na reciprocidade/solidariedade, perda de <i>status</i> social [<i>déclassement</i> social], redução das oportunidades etc. Mudança do enfoque de carências (sobretudo monetária/material) para uma perspectiva multidimensional e multideterminada.

Fonte: THOMAS (1999); PAUGAN (2005); EUROSTAT (2012, 2013); JORGE (2014).

Os diferentes conceitos que se atribuem à pobreza e à exclusão surgem como categorias para orientar o campo de ação e de intervenção, com a pretensão de identificar e categorizar indivíduos, famílias e grupos sociais localizados na base da hierarquia social. Visam definir *status* e condições sociais. A ideia de exclusão social, para além da ausência de rendimentos e de condições de participar do sistema produtivo e de padrões de consumo, aponta para diferentes tipos de pobreza, não necessariamente mercantilizadas, incluindo elementos como a fragilidade das relações sociais e das redes de solidariedade (sobretudo entre os imigrantes, idosos, crianças e outros grupos sociais marginalizados ou excluídos da vida comunitária), como exemplo. Nesse sentido, a noção de exclusão remete também a fracasso.

As definições apresentadas no quadro 1 contêm elementos da realidade europeia (e das sociedades contemporâneas) que colocam no centro do debate a questão social da pobreza e suas distintas expressões. O desafio para os pesquisadores é elaborar um conjunto de indicadores, noções e conceitos que deem conta de entender os processos de vulnerabilidade social e precariedade econômica e de avaliar como esses dois fenômenos sociais ameaçam consideravelmente a coesão social.

Obviamente, a carência de bens materiais e monetários é um importante aspecto da pobreza e da vulnerabilidade social. A desqualificação social – *disqualification sociale* (PAUGAM, 2005) – remete, porém, não apenas à ausência de rendimentos monetários, mas também à imagem social de indivíduos que vivenciam uma condição/situação de desvalorização. É o caso, por exemplo, dos desempregados em decorrência da crise econômica europeia, no início do século XXI, que recebem seguro-desemprego e não têm perspectiva de

nova inserção laboral: ser assistido é ser estigmatizado e, por isso, excluído. Em Portugal¹³, esses trabalhadores representam uma parcela da população que se encontra em processo de desvalorização social, haja vista a possibilidade real de constituírem os chamados “novos pobres”, uma categoria que pode ser entendida como mutável, dinâmica e até mesmo transitória. O que está em questão não é apenas a ausência de renda ou de emprego, mas o que Paugam (2005) denomina de fracasso social, ou a degradação moral de pessoas que passam por uma mudança de seu *status* social em decorrência de contextos muito específicos, nesse caso o desemprego, em função da crise econômica.

Permanecendo na experiência portuguesa, além da ideia de exclusão, pode-se trazer à baila a noção de desfiliação social – *désaffiliation sociale* (CASTEL, 1995) –, o fenômeno social de perda de *status* e de desvalorização do indivíduo, pelo desligamento dos laços de filiação institucional em decorrência da crise e da perda dos empregos, da precarização das relações contratuais, da instabilidade econômica, da inequação dos sistemas de proteção social, da perda de uma identidade produtiva e social etc.

Ainda que as pesquisas tenham incorporado outros indicadores para a mensuração da pobreza, tais como acesso à moradia e as condições da residência, bem como a existência, no espaço intradoméstico, de um conjunto de bens duráveis, capital humano (escolaridade/experiências profissionais) ou capital social (participação na vida comunitária/acesso a informação), o rendimento é condição inicial para que as famílias ou indivíduos possam obter esses outros bens. Mesmo que haja saúde e educação gratuitas ofertadas pelo poder público, a ausência de um capital monetário (rendimentos) obviamente impossibilitará a locomoção das pessoas por meio de transportes pagos para acessar esses serviços, o que tem como efeito a dificuldade de ampliação de outros capitais, como o cultural, por exemplo.

Os rendimentos monetários (ou a falta deles) são, portanto, importante fator de reprodução da pobreza econômica. Mesmo que se incorporem outras variáveis, tais como falta de escolaridade, condições de moradia, exclusão do mercado de trabalho, ausência de educação formal, i-mobilidade/não deslocamento espacial etc., essas expressões da pobreza são decorrentes da ausência de rendimentos. O próprio acesso ao rendimento, ao mercado de trabalho formal e informal, a escolaridade e melhores condições de vida, possibilitadas por

¹³ No segundo semestre de 2014, Elicardo Heber realizou uma pesquisa sobre pobreza em desigualdade social em Portugal no âmbito do projeto de cooperação binacional Norte-Sul: Geografia, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Portugal. As evidências europeias é resultado da referida pesquisa.

condições muito específicas, como a mobilidade espacial (migração), pode acarretar outros tipos específicos de pobreza, como o distanciamento geográfico e a perda de contato físico com grupos de vizinhança e parentesco que permanecem na localidade de origem do migrante.

Para o caso português, em experiências específicas, há um fenômeno em que as evidências empíricas apontam para a possibilidade real de uma desfiliação social. Trata-se de jovens portugueses que detêm alta escolaridade (formação superior, mestrados e doutorados, não raro dominam dois ou mais idiomas), mas, em decorrência da crise econômica iniciada em 2007, não conseguem inserções no mercado de trabalho em suas localidades de origem. Para eles, a possibilidade de ocupação/empregabilidade só é ampliada e, muitas vezes viabilizada, mediante a imigração (com destino preferencial para o Reino Unido). Esse tipo de imigração de indivíduos com alta qualificação (*brain drain*) difere do perfil padrão dos emigrantes portugueses dos anos 1960, quando havia um tipo de mobilidade espacial mais “indiferenciado e de baixas qualificações” (BAGANHA, 2004). Essa fuga de jovens altamente escolarizados influencia diretamente no saldo migratório de Portugal e expõe claramente a impossibilidade de permanecerem em seu país de origem, mesmo que essa permanência seja por eles desejada.

Os jovens, recém-formados em áreas e níveis distintos (licenciatura, mestrado e doutorado), com destaque para os cursos de Engenharia Elétrica, Enfermagem, Ciências Sociais, Economia, Direito etc., que imigram para a França, Reino Unido, Angola (África) ou Brasil (América do Sul), entre outros destinos, prefeririam permanecer próximo aos seus grupos sociais, inserindo-se, no máximo, num fenômeno que os estudos migratórios denominam *brain circulation*, um tipo de mobilidade espacial mais temporária, diferente do *brain drain*, que configura uma migração laboral mais permanente. A imigração desses jovens pode representar uma nova, ainda que restrita, possibilidade de empregabilidade formal, mas, ao mesmo tempo, revela-se a real privação de manter laços próximos aos seus grupos sociais de pertencimento. Nesse sentido, trata-se do drama de permanecer em Portugal, desocupados ou submetidos a empregos precários, ou imigrar e estar diante de uma possibilidade real de ruptura do contato *vis-à-vis* com seus familiares, amigos, grupos de vizinhança, parentesco etc.

Entretanto, com alguns pontos em comum, como a questão da renda e do desemprego, a experiência latino-americana é distinta da europeia. Pode-se considerar, na América Latina, a existência de um Estado do bem estar-social (inconcluso e imperfeito), dotado de um caráter não universalista (exceto experiências pontuais), em que o enfrentamento da pobreza, durante

grande parte da história, foi deixado à responsabilidade da própria classe trabalhadora¹⁴. A pobreza era regulada no âmbito privado e a própria existência de uma grande massa de pobres, excluída, marginalizada, era marcada pela ausência de direito à cidadania regulada (LAVINAS, 2002). A experiência latino-americana aponta para distintos modelos de *welfare*, inacabados, que convivem inclusive dentro das fronteiras de um mesmo país (POCHMAN, 2002).

Nos países latino-americanos, as crises fiscais, o esgotamento dos pactos corporativos e os processos de descentralização, as relações entre Estado e governos locais (marcados por elos clientelistas e fortemente verticalizados) são alguns elementos que agravam e aprofundam a segregação e a autosegregação, a degradação ambiental, a incivilidade urbana, a insegurança pública etc. Imersas nesse conjunto de problemas sociais, econômicos e políticos, as sociedades latino-americanas foram progressivamente se tornando laboratórios de experimentação social em um ambiente marcado por expressivos indicadores de pobreza e de extrema pobreza.

3 Pobreza e suas expressões: algumas conceituações

O conceito de pobreza inclui aspectos mais normativos que teóricos, sujeitos a extensa gama de definições e classificações. Pobreza não é uma categoria analítica e não define sociológica ou geograficamente um grupo, mas pode ser definida como: ter menos que um mínimo objetivamente definido (pobreza absoluta); ter menos do que os outros na sociedade (pobreza relativa); e sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva) (HAGENAARS E DE VOS, 1998; HOFFMANN E KAGEYAMA, 2007).

A pobreza é um fenômeno multidimensional que assume um caráter de privação das capacidades (SEN, 2000). Entende-se por capacidades as muitas liberdades de ter estilos de vida diversificados, implicando necessidades fundamentais, como a alimentação, até as mais complexas, como a participação na política. As liberdades estão, portanto, relacionadas às capacidades básicas e as participações políticas e instrumentais, tais como liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Uma característica inerente à pobreza, sua “essência absoluta”, é expressa na fome e na inanição, pois, onde ocorre esses dois fenômenos, coexiste a pobreza (SEN, 2000; SACHS, 2006).

¹⁴ Se pensarmos na história brasileira, como um exemplo, não houve no âmbito nacional nenhuma política focalizada no combate à pobreza ao longo dos séculos anteriores ao XXI.

Embora no senso comum (imaginário social) e nos próprios estudos acadêmicos a pobreza seja entendida como resultado da ausência ou da escassez de rendimentos, definições mais rigorosas a definem como “um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria dignidade humana” (LAVINAS, 2003, p. 29). A condição de pobre seria, nesse sentido, uma ameaça à própria humanidade, quando o indivíduo não consegue satisfazer suas necessidades básicas ou até mesmo mobilizar esforços e meios para garanti-las. O motivo por que muitos estudos acadêmicos tratam da pobreza sob a perspectiva dos rendimentos (ou da ausência destes) está muito relacionado ao problema de produção dos dados para o entendimento do fenômeno. Por facilitar estudos comparativos, os dados sobre rendimentos têm sido bastante utilizados para estudos deste tipo, ainda que a mensuração da pobreza por meio de outros indicadores ou outras fontes de informação seja possível.

Os rendimentos são utilizados como um indicador comum em estudos sobre distintas localidades seja uma comunidade rural, uma aldeia, uma vila, uma cidade ou uma região, por exemplo. Visto que os índices de rendimento não são suficientes para a definição de uma boa condição de vida (essa, por si, bastante subjetiva), os pesquisadores julgaram por bem incorporar um conjunto de variáveis para o entendimento da pobreza, ainda que, em linhas gerais, o fenômeno continue sendo tratado sob o viés econômico. Não se nega, porém, que o fator rendimento monetário é um forte elemento para a definição do que se entende por pobreza, inclusive quando governos procuram definir o público-alvo na proposição de programas e políticas para o enfrentamento à pobreza. Neste sentido, o Programa Bolsa Família, do governo brasileiro, e o Rendimento Social de Inserção, do governo português, são exemplos emblemáticos. Ao classificar a pobreza como um fenômeno puramente econômico, o que está implícito é o entendimento de sua natureza transitória. Se os rendimentos monetários (ou a falta deles) constituem importante fator de reprodução da pobreza econômica, deve-se entender que, se utilizadas diferentes variáveis, distintas expressões do fenômeno podem ser encontradas.

Outra abordagem recorrente na análise do fenômeno da pobreza é o seu contraponto, expresso pelo bem-estar social, que coloca a relação Estado e Sociedade no centro da discussão, ainda que se considere que o bem-estar social nas sociedades contemporâneas é produzido, em pelo menos três esferas: os mercados, o Estado e a família/comunidade (ESPING-ANDERSEN, 2000).

Em experiências muito díspares, o Estado e um conjunto de políticas e serviços por ele oferecido em diversos países (com variações entre eles) têm representado fator importante no enfrentamento à pobreza econômica e na busca de um bem-estar social nas sociedades

capitalistas contemporâneas (ESPING-ANDERSEN, 2000). A pobreza urbana (incluiria a pobreza rural) torna-se então fenômeno fortemente influenciado pela ação do Estado, por meio de um conjunto de políticas públicas desenvolvidas em contextos distintos (WACQUANT, 2001; 2008; MUSTERED; MURIE, 2002), seja na realidade francesa ou americana (WACQUANT, 2001; 2008), ou em outras experiências implantadas nos países europeus (MUSTERED; MURIE, 2002). Na própria realidade brasileira, as políticas públicas direcionadas ao combate à pobreza econômica têm tido consideráveis impactos nos processos sociais.

Se o bem-estar social pode ser promovido, em cada caso, pelas interações de três elementos (mercado, Estado e família/comunidade), a pobreza seria causada pelo “provimento de um bem-estar em qualidade ou quantidade insuficiente ao conjunto dessas esferas, mediadas por estruturas de médio alcance, como as instituições, os espaços, as redes sociais e as estratégias individuais” (MARQUES, 2010, p. 29). Ou seja, a pobreza, e um de seus efeitos agregados que é a da vulnerabilidade social e econômica, pode estar relacionada à ausência de oportunidades ou capacidade dos indivíduos (e famílias) em acessar bens e serviços ofertados pelo mercado, pelo Estado e pela comunidade (em uma esfera microescalar).

A própria experiência em pequenas cidades mineiras no Brasil aponta que determinados postos de trabalho nas prefeituras locais, como secretários, médicos, enfermeiros e professores são, em geral, ocupados por pessoas oriundas de outras localidades. Em grande parte, isso pode ser explicado pelo nível educacional local. Ainda que na comunidade haja indivíduos dispostos a se inserir no mundo do trabalho, há um desencontro entre o mercado de trabalho e a mão de obra que, embora disponível, não possui o conhecimento técnico exigido. Tal impasse empurra os indivíduos para uma situação de permanente vulnerabilidade e os obriga a se submeter a empregos precários, seja nos locais para onde decidem migrar, seja na atividade agrícola na localidade de origem.

Voltando a discutir o seu conceito, é importante ressaltar que a pobreza, um fenômeno multidimensional, influenciado pelo ambiente social e econômico (mercado e Estado e fatores individuais e familiares), juntamente com seu oposto, o bem-estar social, é um produto e reconhecido de formas distintas. Geralmente, está relacionada a pessoas e famílias que não têm acesso aos benefícios de uma sociedade moderna urbana. Mas, suas múltiplas expressões revelam a influência de elementos econômicos e sociais, tais como faixa etária, número de componentes do grupo familiar, os tipos de inserção no mercado de trabalho (quando ela existe) e a ausência de capital monetário. A pobreza também pode estar relacionada a acontecimentos

pontuais que refletem na vida do indivíduo, como doenças e desemprego/inserção precária no mercado de trabalho.

O envelhecimento é por certo um elemento que pode transformar a vulnerabilidade em privação social. Todavia, pelo menos na realidade dos mais pobres economicamente, ele tem hoje um efeito particular e consideravelmente distinto. Entre os pequenos agricultores no Vale do Jequitinhonha, por exemplo, a obtenção da aposentadoria rural tem facilitado o acesso da família a bens e serviços, tais como a compra de televisores, fogões, geladeira, motos etc., a melhoria das condições da residência, ou o envio de parentes de sangue (sobretudo os netos) ou por consideração, para a cidade, a fim de progredirem nos estudos (educação formal). Um rendimento mensal e estável tem facilitado ainda determinados arranjos de coabitação (várias gerações sob o mesmo teto) e provocado o empoderamento dos idosos, que passam a ser peça-chave nas estratégias de reprodução social de seu grupo familiar.

Em face das incertezas que marcam as trajetórias sociais largamente impactadas por carências sociais e materiais, as aposentadorias passam a ter um forte peso na definição de melhorias nas condições de vida dos grupos sociais em que há um beneficiário, favorecendo, inclusive, a manutenção dos jovens por maior tempo vinculado a suas famílias e a suas localidades de origem. A produção agrícola instável, fortemente centrada no autoconsumo familiar, com renda variável e indivisível (trabalho familiar e renda de todo o grupo), adquirida com as vendas esporádicas da produção animal e vegetal, torna a atividade pouco atrativa para os jovens. Entretanto, a aposentadoria, ainda que seja um rendimento individual, é incorporado às estratégias de reprodução social de todo o grupo familiar e pode representar um alívio nas condições de pobreza e extrema pobreza, quando não há muitos dependentes desse rendimento. Ressalta-se aqui a forte presença do Estado na redução de certas expressões da pobreza e na provisão do bem-estar.

Retomando o debate sobre o conceito de pobreza, é apresentada a seguir uma divisão identificada nos estudos desenvolvidos tanto no campo acadêmico europeu quanto no latino-americano, que reúne em dois blocos as cinco perspectivas para explicar o fenômeno.

I- Pobreza entendida como privação fisiológica:

a) Rendimento e consumo: trata-se de uma abordagem mais tradicional, desenvolvida pela denominada “economia do bem-estar” (LANJOUW, 1997), que entende a pobreza e suas linhas de delimitação, em termos absolutos e relativos, em conformidade com determinados níveis de rendimento e/ou consumo. Esta abordagem é muito utilizada pelos países ou blocos econômicos

para definir, identificar e focalizar ações e medidas de combate à pobreza no contexto de programas específicos inseridos nas respectivas políticas sociais.

b) Necessidades humanas básicas: esta abordagem considera certo nível de necessidades básicas relacionadas à alimentação, vestuário, abrigo, água potável, saneamento básico e educação, assim como um mínimo necessário para a prevenção de doenças, subnutrição e acesso à educação formal. Desenvolvida, sobretudo nos anos 1970, difere da visão centrada no rendimento e no consumo, na medida em que possibilitou ampliar o leque de necessidades básicas a serem consideradas no conceito de bem-estar (RAVALLION, 1994).

II- Pobreza entendida como privação social:

Nesta abordagem amplia-se o entendimento da natureza social da pobreza com a consequente degradação das relações sociais, aproximando-se do conceito de exclusão social. Há três (3) abordagens na perspectiva da privação social:

a) Abordagem centrada no conceito de pobreza humana: desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), baseada nas pesquisas e trabalhos do economista Amartya Sen, sobretudo no que concerne aos conceitos de capacidades (o que se pode fazer) e funções (o que se faz). Nesta perspectiva, pobreza é entendida como a incapacidade de desenvolver uma vida longa, saudável e criativa, com decência, dignidade, respeito a si próprio e aos outros (SEN, 1993; PNUD, 1997).

b) Abordagem centrada nas consequências relativas à exclusão social: utilizada sobretudo pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), esta abordagem baseia-se nas ideias do sociólogo Peter Townsend, que considera a pobreza como resultado da indisponibilidade de recursos necessários para viver em condições de conforto (padrões de vida dominantes) e participar das atividades sociais e culturais da sociedade à qual o indivíduo pertence. Nesse sentido, o conceito de pobreza traz em sua essência a discussão dos conceitos de cidadania e de integração social (TOWNSEND, 1985).

c) Abordagem centrada na questão da participação: O que define a pobreza é o afastamento dos indivíduos das questões relativas à vida social e política, decorrente, entre outros aspectos, da ausência de dignidade humana, autoestima, segurança e justiça social, o que os impede de participar inclusive de decisões que lhes dizem respeito diretamente.

Sen (2000) propõe que, ao invés dos critérios tradicionais de identificação e mensuração baseados em rendimentos, a pobreza deva ser vista como privação do que ele chama de *capabilities*. Entretanto, reconhece que a questão da renda é uma das causas principais da pobreza e um dos elementos fundamentais na privação de *capabilities* (SEN, 2000). Para ele, a

renda é também fator essencial para identificar os pobres na estrutura social de uma determinada população e as características lhes são comuns, a fim de avaliar os níveis de pobreza nela presentes (SEN, 1997). Para cada sociedade ou “comunidade”, para usarmos o termo de Sen, a pobreza é definida de acordo com uma linha traçada a partir desses indicadores. O autor lembra, porém, que identificar os pobres não implica necessariamente garantir-lhes direito legal à assistência pública.

A assistência pública depende das condições ou capacidades concretas dos Estados para cumprir com os seus deveres em relação às pessoas pobres. Exemplificando esse raciocínio, Estados com elevados índices de pobreza extrema, tais como Bolívia, na América Latina, Zimbábue, na África, ou Tokelau, na Ásia, podem estar incapacitados de adotar políticas específicas de combate à pobreza. Por outro lado, Estados ricos geralmente dispõem de recursos que são direcionados ao enfrentamento à pobreza, e outros, não tão ricos, conseguem, no entanto, garantir um nível mínimo de ajuda, como ocorre na experiência brasileira, por exemplo. A capacidade e a possibilidade dos países de elaborar e implementar políticas específicas de combate à pobreza, entre elas, as transferências diretas de rendas, indicam a assimetria entre eles, havendo, num extremo, os países nórdicos, com uma consistente rede de assistência social, e no outro, os países africanos, com maior dificuldade em implementar políticas sociais, em decorrência da ausência de recursos.

O que define a pobreza pela ausência de recursos monetários diverge de país para país, assim como as linhas que classificam os indivíduos ou famílias em situação de pobreza. Entretanto, vem aumentando a tendência de ampliar o conceito de pobreza, sob um ponto de vista multidimensional, ou seja, abordando aspectos não só de natureza econômica, mas também social, cultural, político e ambiental.

Em outra perspectiva, a pobreza também pode ser entendida tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, tendo como referência o padrão de vida dominante na sociedade (pobreza absoluta), ou sem essa referência (pobreza relativa). Há também o que é considerado pobreza subjetiva, ou seja, a avaliação que fazem os indivíduos sobre suas condições e meios de vida, como forma de identificação de quem são os pobres. Essa abordagem aproxima-se da que trata de participação, citada anteriormente.

Conforme as sociedades contemporâneas vão se tornando mais complexas, novas manifestações da pobreza são percebidas, sobretudo nas sociedades mais desenvolvidas. Isso quer dizer que, se em muitos países pobres, sobretudo na África, permanecem as faces mais duras da pobreza, como a fome, nos mais ricos, surgem novas expressões de pobreza, não

necessariamente ligadas à escassez de recursos monetários, mas relacionada à exclusão de indivíduos ou famílias da participação no padrão de vida dominante na sociedade em que se inserem, em decorrência de fatores tais como escolaridade, idade (velhice), ausência de afeto (isolamento ou abandono), não domínio das novas tecnologias e da informação cibernética etc., corroborando a abordagem da exclusão social, muito presente nas regiões mais desenvolvidas em comparação à pobreza econômica.

A exclusão social aponta basicamente para a questão da desintegração social em diferentes níveis: econômico, social, cultural, ambiental e político. Refere-se também à fragilização dos laços familiares e sociais e na ausência de participação na vida comunitária, o que resulta em desfiliação social ou no não reconhecimento de um lugar na sociedade. O conceito de exclusão social é mais abrangente que o de pobreza. Ele está relacionado à ausência ou a fragilidade de vários tipos de poder: o econômico, o de tomar decisões cotidianas, o de influenciar e participar na vida da comunidade e o de exercer plenamente os direitos e deveres do cidadão. Há também um caráter relacional, considerando que as relações sociais são um componente fundamental do bem-estar das populações e um importante fator de participação da vida na sociedade, sem a qual o acesso às oportunidades oferecidas (empregos, afetos, direitos etc.) é dificultado.

O debate sobre pobreza e exclusão social¹⁵ tem convergido em diversos pontos, mas os conceitos podem ser entendidos sob enfoques distintos. A pobreza é um dos elementos que podem definir a exclusão social, ainda que esta não se restrinja àquela. Há pobres economicamente que não são excluídos socialmente em seus universos comunitários (notadamente no mundo rural), e há excluídos socialmente (por exemplo nos países ricos) que não são pobres material ou economicamente. Compreender as diferenças entre os conceitos de pobreza e exclusão é importante, na medida em que possibilita delimitar contextos relativamente parecidos de pobreza, mas que apresentam, em sua essência, níveis distintos de exclusão social, se considerar, por exemplo, a questão espacial (as diferenças entre os mundos rurais e urbanos), as diferenças culturais ou os grupos etários. Entretanto, no sentido mais operacional, é mais comum à utilização do conceito de pobreza que o de exclusão social, pelo

¹⁵ A criação do termo “exclusão social” é atribuída a René Lenoir, após a publicação do texto *“Les exclus: un français sur dix”*, em 1974. Os excluídos franceses representam um grupo diversificado de indivíduos. Não se restringem aos pobres econômicos, mas incluem também os deficientes, os idosos, as crianças sem laços familiares ou maltratadas, os dependentes químicos etc. O termo ganhou maior notoriedade ao longo da década de 1980, no contexto de crise econômica, do estado social e das políticas sociais, quando passou a qualificar um conjunto de desvantagens sociais relacionadas aos novos e velhos problemas sociais, tais como desemprego, isolamento social, mudança nos modos de vida das famílias etc (EVARISTO, 2013).

fato de que os indicadores associados à pobreza são mais facilmente identificáveis e relativamente mais fáceis de quantificar e mensurar. No geral, o debate de exclusão social está associado também à questão da cidadania e a suas implicações no que concerne a direitos e deveres.

Costa (1998) contribui para o debate, introduzindo o critério de coesão social para operacionalizar a diferenciação entre os conceitos de pobreza e exclusão social, necessidade apontada na literatura. O autor considera que é possível haver pobreza sem a exclusão social. Como exemplo empírico, cita o *ancien régime*, quando os servos eram considerados pobres, mas estavam socialmente integrados em redes de relações sociais ou comunitárias. O mesmo fenômeno ocorre com os pobres residentes no meio rural europeu. Pobreza e exclusão social são realidades distintas e não necessariamente coexistem.

Entre os formuladores de políticas públicas de transferência direta de renda em distintos países, como, no Brasil, o Programa Bolsa Família, ou, em Portugal, o Rendimento Social de Inserção, é bastante comum à utilização do critério de renda para definir uma “dimensão da pobreza” e elaborar as medidas agregadas a essa categoria. O rendimento de um grupo familiar passa a ser um indicador sintético de uma determinada situação social e econômica. No entanto, pode haver situações em que, com rendimento familiar considerado suficiente para a sobrevivência, a família, ao mesmo tempo, viva em condições de moradia inadequadas, apresente baixa escolaridade entre seus membros, tenha inseridos em trabalho precário alguns membros do grupo familiar, incluindo crianças em idade escolar. Esses exemplos corroboram a proposição de Hoffmann e Kageyama (2007), de que a mensuração da pobreza deve ser multidimensional e multissetorial, ou seja, mediante a combinação de carência e de não carência (de rendimentos, moradia, inserção no mercado de trabalho, acesso a serviços de educação etc.).

Programas de transferência de renda são políticas sociais recorrentemente empregadas para, em médio prazo, combater e reduzir a pobreza e, em prazo maior, investir no capital humano, quebrando um ciclo intergeracional de pobreza (DUARTE *et alii*, 2008). Entende-se por políticas sociais um subconjunto de políticas públicas relacionadas a ações que determinam padrões de proteção social sob a forma de distribuição de benefícios, no intuito de diminuir desigualdades estruturais decorrentes da trajetória de desenvolvimento econômico (CASTRO *et al.*, 2009). Incidem, usualmente, nas áreas de educação, saúde, habitação e saneamento, entre outras, e são executadas sob a responsabilidade do Estado.

Nesse sentido, a pobreza deve ser definida em termos de renda, mas também da privação de acesso às condições básicas de existência, como energia elétrica, água encanada, instalações

sanitárias, entre outras, assim como da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e ao ensino formal. A educação, ressalta-se, é elemento importante para que sejam garantidas as capacidades do indivíduo de participar de atividades comunitárias e de buscar e acessar direitos. Em relação aos bens e às utilidades a eles inerentes, deve-se considerar que a falta de determinados itens considerados essenciais para a sobrevivência física do indivíduo pode dificultar ao grupo familiar a satisfação de suas necessidades básicas, o que interfere diretamente sobre suas próprias condições de vida. Nesse sentido, quanto menor for o rendimento do grupo familiar, menor será o número de bens materiais da família no espaço intrafamiliar, bem como o acesso a certas infraestruturas, tais como banheiro, água encanada, fossa séptica, energia elétrica, enfim, condições de habitação. E quanto menor o acesso dos membros do grupo à infraestrutura social de saúde e educação, mais comuns serão os relatos de fome e inanição para apontar condições de pobreza.

Há uma visão muito recorrente que avalia a condição de pobreza das famílias a partir de um padrão mínimo de subsistência definido pela ingestão diária de calorias. Como a pobreza passa a ser identificada como a restrição de acesso à alimentação, colocando em risco a própria sobrevivência física das pessoas e famílias, o acesso ao alimento, numa avaliação particular, automaticamente os retiraria de uma condição de pobreza. O critério para definir a pobreza passa então pela ideia de necessidade. Todavia, necessidade e carência são elementos que mudam conforme a estrutura social e a condição econômica familiar, a possibilidade de acesso a serviços e bens (públicos e privados) e, também, o ambiente social e econômico em que os grupos sociais estão inseridos ou que podem vir a se inserir futuramente. Necessidade é fluida, mutável e passível de evolução. Em grande medida, está relacionada também as mudanças das condições materiais de existência de distintos grupos sociais. É uma ideia subjetiva e depende do contexto histórico e social concreto em que os indivíduos e famílias estão inseridos.

As características pessoais, tais como o ciclo de vida e o poder (ou não) econômico têm um papel importante na definição do que são necessidades. Sen (1992) defende a valorização de um conjunto de funcionamentos e capacidades ao alcance dos indivíduos, que lhes permite, de forma livre, assumir o modo de vida de sua preferência. É a ideia de liberdade, que se distancia da abordagem quantitativa ou monetária do que é entendido por carência. Como afirma o autor,

Um patamar de renda pode revelar-se inadequado não porque se situa abaixo de uma linha de pobreza, fixada com base em parâmetros exógenos, mas porque está abaixo do que é adequado para mobilizar um conjunto específico de capacidades ou habilidades compatíveis com a necessidade de uma determinada pessoa. (SEN, 1992, p.111)

Os recursos monetários de que famílias ou indivíduos dispõem não podem ser considerados adequados ou não, sem antes considerar as possibilidades reais de uma conversão dessa renda em capacidades de ação. Há neste ponto uma centralidade sobre a capacidade de mobilizar meios e habilidades para funcionar ou agir. Nessa direção, a pobreza deixa de ser vista como um estado de ausência do bem-estar e passa a ser entendida como a destituição de habilidades e meios de ação (agir) com o intuito de alcançá-lo. A pobreza é proposta por Sen (1992) como a ausência de capacidades básicas para que se atinjam níveis minimamente aceitáveis de qualidade de vida.

Mas, enfim, quem são os pobres? Como afirmado anteriormente, em uma visão recorrente, os pobres são determinados grupos sociais que não têm renda nem acessam saúde, educação e emprego. Indivíduos ou famílias que, em maior ou menor grau, são os despossuídos da sociedade capitalista contemporânea. A partir desses critérios, os pobres são entendidos como grupos carentes e excluídos. É importante ressaltar que os critérios e a definição do que se entende por pobre são quase sempre externos aos próprios grupos que são dessa forma classificados.

Nesse sentido, os pobres são classificados como os “outros”, os indivíduos marcados por um conjunto de carências que define, mesmo que involuntariamente, um modo de vida. Modo e condição de vida que deve ser eliminado. No geral, os pobres são definidos a partir do recorte de renda e englobados de forma homogênea a partir de dados estatísticos. As ações propositivas para combater a pobreza e a miséria geralmente partem de setores mobilizados da sociedade (como exemplo emblemático as ONGs) e dos governos, cujos agentes são geralmente elementos externos aos grupos delimitados como pobres.

Neste ponto, há pelo menos dois problemas centrais: I- os grupos definidos como pobres a partir de um recorte de renda podem possuir demandas distintas. Ainda que tenham em comum o fato de disporem de uma determinada quantia de renda para sua sobrevivência, esse indicador por si só não aponta para uma homogeneidade. Se é consideravelmente difícil definir quem são os pobres para além do critério da renda, é também difícil o entendimento de toda a heterogeneidade desse grupo e das necessidades que enfrentam nas práticas cotidianas, desde o acesso a terminadas infraestruturas sociais (sobretudo escolas e hospitais), até problemas muito locais, como o isolamento geográfico (no caso dos pobres rurais latino-americanos, asiáticos, africanos etc.); II- a delimitação do que se entende por pobre e a definição de políticas públicas específicas para esse grupo não necessariamente mudarão em profundidade as condições e os modos de vida das famílias beneficiárias, nem possibilitarão uma mudança na estrutura social

(mobilidade social) Os pobres economicamente podem ter demandas distintas, pois são grupos heterogêneos.

Uma maior participação dos pobres na definição de políticas públicas pode ser uma das possibilidades de entender as deficiências em cada ambiente socioeconômico específico para que as ações de governos das mais distintas esferas ou de outros setores mobilizados da sociedade possam ser mais eficientes dependendo de cada contexto. Mais importante que localizar quem são os pobres (os grupos carentes) e suas carências (sobretudo as ligadas às condições materiais de existência) é tentar localizar quais são as potencialidades existentes nessas “regiões da pobreza”.

Os grupos sociais que estão cotidianamente inseridos em uma realidade de pobreza e /ou miséria não se sentem pertencentes a um “grupo da pobreza” ainda que sejam beneficiários de programas sociais que os classificam como tais. De acordo com Souza (2009),

Não é a renda que define o pertencimento a uma classe, como pensa o senso comum e as concepções “científicas” baseadas nos preconceitos do senso comum. Ao contrário, a renda é mero efeito de fatores não econômicos – ainda que condicionados por uma condição socioeconômica particular – aprendidos em tenra idade. O que é sempre escondido e nunca percebido nessa questão é o fato de que as classes sociais se produzem e reproduzem, antes de tudo e “afetivamente” por herança familiar. (SOUZA, 2009, p.404).

Um elemento importante explorado por Souza (2009) é a ideia de herança, não relacionada aqui a bens materiais ou monetários, mas a valores imateriais, que são transmitidos pela família em forma de capital cultural. O pioneiro da sistematização do conceito de capital cultural foi o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983; 1997). O capital cultural é transmitido pelos agentes sociais englobando, por exemplo, a variável educacional (que não se restringe à educação formal), um exemplo sintético que demonstra de forma clara como os diferentes grupos oferecem distintas heranças aos seus membros.

Tratar de grupos sociais pobres é também retratar pessoas com poucas oportunidades, meios ou condições para uma mobilidade social. Essa afirmação remete à de Jessé de Souza (2009) sobre a classe trabalhadora brasileira, quando o autor menciona que “[...] há pessoas na sociedade brasileira que não possuem nenhuma qualificação incorporada para ingressar no mercado de trabalho qualificado, mesmo que este de alguma maneira abra as vagas necessárias para isso” (SOUZA, 2009, p. 274).

Os filhos de membros pertencentes às elites tendem a ter acesso a uma educação formal de alto nível, privilegiadas relações sociais (futuros amigos influentes), casamentos que agregam capitais vantajosos (sobretudo o econômico e o cultural), acesso a um mercado de

trabalho estável, ao crédito e a um conjunto de bens materiais e simbólicos que proporcionam uma determinada posição na estrutura social. Indivíduos de classe média e os mais pobres receberão diferentes capitais culturais. No geral, o capital cultural é um forte elemento de diferenciação social, e a relação entre ele e o capital econômico é também muito intensa.

Acumulação de capital cultural desde a mais tenra infância – pressuposto de uma apropriação rápida e sem esforço de todo tipo de capacidades úteis – só ocorre sem demora ou perda de tempo, naquelas famílias possuidoras de um capital cultural tão sólido que fazem com que todo o período de socialização seja, ao mesmo tempo, acumulação. Por consequência, a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a mais dissimulada forma de transmissão hereditária de capital. (BOURDIEU, 1997, p. 86).

O próprio acesso dos mais distintos grupos (ricos, classe média e pobres) à educação formal não elimina necessariamente as fronteiras existentes no mundo social. Geralmente as posições sociais são demarcadas pelo capital cultural, que é fortemente influenciado pelo grupo de origem do indivíduo. Embora a escola seja uma importante instituição na distribuição do capital cultural, e ainda que os filhos de famílias pobres acessem a educação formal, o capital social adquirido em seu universo de origem é um fator que vai influenciar, em grande medida, sua trajetória social.

Em regiões mais “desfavorecidas”, as pesquisas mais recentes têm comprovado a ampliação dos rendimentos das famílias brasileiras, como resultado, sobretudo de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (PBF) e da concessão de aposentadorias e pensões. Esses rendimentos têm sido um dos fatores de diminuição da pobreza a partir da disseminação de políticas sociais (RIBEIRO *et al.*, 2007).

Em determinadas experiências, o conceito de “múltiplas fontes de rendimentos” (KAGEYAMA, 2001) pode dar conta de explicar a diversidade de fontes de renda obtidas pelas famílias rurais agrícolas, tanto com a inserção de seus membros como mão de obra (rural) em múltiplas atividades (inclusive não agrícolas), quanto por meio de benefícios sociais. Mesmo entendendo os contextos e diferenças de acesso a essas diferentes rendas, o conceito proposto por Kageyama (2001) pode ser o mais indicado para o caso das famílias rurais inseridas em realidades em que há poucas oportunidades de trabalho e é bastante expressiva a incidência de benefícios sociais, principalmente as aposentadorias, pensões e outros meios de transferência direta de renda, como o Programa Bolsa Família.

Entretanto, qual é a percepção dos indivíduos e famílias que são considerados como mais pobres pelo próprio governo brasileiro? Que leitura se faz sobre pobreza e necessidades

das pessoas que estão localizadas na base da estrutura social brasileira? Há abaixo alguns relatos de três gerações distintas residentes no Vale do Jequitinhonha¹⁶, que tratam sobre esse ponto:

Hoje todo mundo é rico, não existe gente pobre mais não, hoje todo mundo tem ajuda do governo [...] já passei por tanta coisa na vida que, graças a Deus, ainda estou vivo [...] já passei fome. Fui pobre demais. Hoje não sou mais pobre, não necessito de mais nada (...) eu sou analfabeto, meu pai não teve condições de me colocar na escola, eu só sei mal assinar o nome ... mas em termos de pobre, tenho com o que sobreviver, mas já passei por tantas coisas na vida que se eu for contá pra você [...] é tanto que hoje eu não sei como estou aqui. Tudo mudou [...] hoje tem água, tem energia [luz elétrica], tem como comprar o alimento [com a aposentadoria rural], hoje eu posso até ajudar minha família e meus vizinhos com algum dinheiro. (Ramiro, 84 anos, aposentado rural, Comunidade Rural de Jacaré, analfabeto).

Acho que o Vale do Jequitinhonha é mesmo um lugar pobre [...] tinha que ter uma melhoria pra gente, né? [...] tinha que ter como trabalhar aqui [...] Se tivesse emprego pra todo mundo, aí as vezes melhorava. O que falta aqui é emprego, às vezes tem gente que sai pra fora porque não tem um emprego aqui. Não tem como ganhar mais de um salário. Só o salário dos professores, quem trabalha, né, mas assim, pra gente mesmo, é difícil que não tem estudo. O povo fala que aqui é pobre assim mesmo... Aperto já passei, mas fome, mesmo, graças a Deus nunca passei [...] mas, assim, passava aperto, né. Falta de dinheiro passo até hoje [...] às vezes o dinheiro que pai ganhava era pouco [...] não tinha emprego pra nós, nós tinha que ajudar na roça também, por isso mesmo que a gente não acabou os estudos, né, não acabamos o estudo porque tinha que ajudar. Igual te falei, nós era sete irmãos, né, aí ficava difícil pra estudar, não tinha escola perto e ficava difícil pra gente ir pra escola na cidade. Tem gente que fala que passa essas necessidades, assim [...] essa história de fome, de pobreza, porque às vezes tem aquela pessoa que não tem aquele destino pra sair procurando um emprego, e aí, às vezes assim, né, e antes do Bolsa Família, às vezes passava, mas agora, depois do Bolsa Família, melhorou. Não ouvi falar mais, não, mas falta o emprego. (Lourdes, 45 anos, agricultora, Comunidade Rural do Planalto, ensino fundamental incompleto).

O Jequitinhonha é pobre. Falta universidade aqui [em Itinga-MG]. Tem que mudar de cidade pra estudar e é caro [...] falta emprego pros jovens. Quero comprar uma coisa e não tem, né? Não tem o dinheiro [...] Eu queria financiar uma moto, mas não tenho renda. Queria me formar também, mas não posso mudar de cidade. Pai é pobre, não tem como me ajudar. Eu necessito das coisas, mas não tem como. Se aqui é pobre? Eu acho que é miserável demais. Se quiser juntar uma coisinha tem que ir embora [...] se ficar aqui, morre pobre. (Manuel, 24 anos, Comunidade Rural da Gangorra, ensino médio completo).

Os três relatos, representantes de três gerações distintas, residentes em uma região caracterizada pelos altos índices de carências sociais e materiais apresentam distintas opiniões sobre pobreza e necessidade. Para os mais idosos, a riqueza é um contraponto à condição de pobreza do grupo familiar exteriorizado no universo do consumo privado: a alimentação, o vestuário, a posse de alguns móveis e o acesso aos serviços essenciais ofertados pelo poder público, tais como água encanada e energia elétrica.

¹⁶ Evidências empíricas retiradas da tese “Entre trânsitos permanentes e permanências transitórias: estudo sobre a reprodução social de famílias rurais pobres em Itinga, Minas Gerais, Brasil” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente (SP), sob a orientação da Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol.

Em uma avaliação particular, a existência desses elementos retiraria o grupo de uma condição de pobreza. Entretanto, a pobreza é marcada pela ausência de um dinamismo no mercado de trabalho na escala local e pela dificuldade de acessar determinados capitais monetários e culturais (sobretudo renda e educação) e determinados bens financiados (como a moto). A ideia de necessidade muda conforme as gerações/trajetórias de vida e, de certa forma, está relacionada ao grau de desenvolvimento social e econômico de um país. Para as novas gerações, a existência de políticas sociais tem tido o papel de suprir suas necessidades básicas, como a alimentação, em decorrência dos programas de transferência direta como o Bolsa Família. Entretanto, ao longo da vida, as necessidades desses jovens foram se alterando, com um forte apelo em relação à progressão nos estudos (inclusive cursos superiores), à inserção no mercado de trabalho formal (emprego e carteira assinada) e ao acesso a determinados bens materiais (as motos).

No nível local, a palavra “ajuda” exprime um conjunto de significados definidos nas relações entre famílias e vizinhança, e entre a sociedade e o Estado. As distintas formas de ajuda que os indivíduos e famílias recebem no cotidiano é resultado de um conjunto que inclui conhecimento social (conhecimento entre os membros da sociedade), a confiabilidade, os custos (e a possibilidade de ajudar) e os diversos tipos de reciprocidade (com dinheiro, alimentos, sementes, trocas de trabalho etc.). As ajudas entre membros de uma sociedade marcada pela incerteza (de acesso ao alimento, à renda, ao trabalho, entre outros) é uma tentativa de contornar problemas cotidianos comuns que é parte constitutiva do drama de famílias pobres economicamente.

A intensidade ou a possibilidade de trocas de trabalho, alimento ou sementes e diferentes reciprocidades envolvem distintos contornos presentes em cada ajuda. O que se ganha ajudando, seja com a força de trabalho do outro na atividade agrícola, com dinheiro (menos comum) ou com parte da produção agrícola, envolve prestígio pessoal (o que pode ajudar), afetividade (não se ajuda indiscriminadamente), uma expectativa de retribuição e até mesmo dinheiro, ainda que as relações sejam mais mediadas pela não monetarização. A proximidade geográfica possibilita uma forte relação de vizinhança, que é, porém, quebrada facilmente, se não há uma ajuda mútua, baseada na ideia de reciprocidade. A ajuda do Estado é mais presente no sentido de possibilitar o acesso a um conjunto de bens e serviços. No geral, as ajudas tendem a ser mediatizadas e de baixo custo, como relata Lourdes, uma agricultora local:

E. Há trabalho de homem e trabalho de mulher? É diferente o trabalho?
L. Tem trabalho que só homem faz, mas todo mundo ajuda. No caso que o mais difícil é fazer as covas para plantar os mantimentos [...] os homens abrem as covas pra gente

ir plantando [...] na hora de limpar a terra com a enxada, todo mundo ajuda [...] quando o trabalho é muito, os vizinhos ajudam.

E. Os vizinhos recebem dinheiro para ajudar?

L. Tem a troca. O vizinho me ajuda, depois, quando ele precisa, vamos ajudar eles plantarem.

E. Na hora de colher, tem a ajuda do vizinho?

L. Se precisar, tem. Nós ajudamos os vizinhos. Agora eles vêm nos ajudar.

E. Só o esposo, ou vem à família toda do vizinho?

Entrevistada: Todo mundo vem, porque é o braço que a gente tem pra colher [...] pagar em dinheiro não dá... Não temos dinheiro. (Lourdes, 45 anos, agricultora, comunidade rural de Jacaré, ensino fundamental incompleto).

Circunstâncias específicas possibilitam a ajuda. Pelo ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, em que há mais membros em idade produtiva, é mais possível a realização da ajuda entre vizinhos na atividade agrícola. Ela ocorre entre conhecidos, ainda que o trabalho na atividade agrícola não necessite de um profundo grau de confiança ou intimidade. Em grande medida, as famílias se ajudam, pois há problemas cotidianos que lhes são comuns. A ausência de braços para o trabalho na lavoura, sobretudo em decorrência da migração (temporária ou definitiva dos jovens), amplia esse tipo de ajuda baseado na troca de dia. Nos espaços de convívio, a grande proximidade social amplifica o conhecimento das famílias sobre seus problemas cotidianos e a necessidade de trocas de distinta natureza.

Simmel (1998), considerado o fundador da sociologia da pobreza, no início do século XX, em uma perspectiva institucionalista, entende que pobre são todos aqueles que são assistidos.

Os pobres, enquanto uma categoria social, não são aqueles que sofrem de déficits ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la, em conformidade com as regras existentes. Por isso mesmo, a pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesmo, mas tão somente a partir da reação social que resulta dessa situação específica. (SIMMEL, 1998, p.96)

Considerando a multiplicidade de critérios para a definição de categorias analíticas ou de metodologias para o entendimento (e enfrentamento) do fenômeno da pobreza, há pelo menos três pontos recorrentemente nos apontamentos de Simmel (1988) que possibilitam a utilização de alguns elementos para a definição do que se entende por pobre:

I-pobreza como construção social – trata-se de uma categoria social específica que carrega um conjunto de critérios de identificação, entre os quais há os orçamentos familiares como forma de identificar, mensurar, medir, estimar e analisar a pobreza. Diferentes pesquisas e países utilizam distintos recortes para definir o que se entende por pobre. Geralmente a pobreza está relacionada aos padrões mínimos de sobrevivência – considerando um salário

minimamente necessário para a reprodução de uma força de trabalho ou como um benefício em que é possível a garantia de tal sobrevivência sempre que a renda do trabalho for inexistente ou insuficiente. Nessa perspectiva, pobres são aqueles que não possuem os meios de atender determinadas necessidades, sobretudo alimentação, vestimentas e moradias. São as necessidades entendidas como parte vital que variam conforme o grau de desenvolvimento e de níveis de riqueza de uma determinada comunidade ou sociedade. Pobreza, dessa forma, pode ser entendida como um fenômeno relativo;

II- pobreza expressa relações de interdependência e a existência de vínculos entre os que são definidos como pobres e os demais. Os pobres não são apenas aqueles que se encontram excluídos da sociedade ou marcados pela marginalidade, mas os que sendo parte desse todo orgânico, são beneficiados por medidas assistenciais. Ou seja, dar assistência aos pobres ou o combate à pobreza seria um fator de equilíbrio e de coesão social em benefício de uma comunidade ou de uma sociedade pensada em sua totalidade. Nesse sentido, os mecanismos de proteção social seriam um benefício para toda a sociedade, e a pobreza e o seu combate, um benefício para a prosperidade pública.

III- natureza de uma relação mediada por direitos e deveres. Sendo o combate à pobreza um dever da sociedade, receber assistência é um direito dos pobres. Entretanto, há uma limitação no direito e na própria responsabilidade social de assistir. A assistência, ainda que seja um direito tão legítimo como o direito à vida, não visa à promoção de igualdades, mas, sim, a assegurar elos sociais.

A perspectiva da pobreza pelo viés da assistência de Simmel, a centralidade da ideia das necessidades básicas insatisfeitas, de Sen, que considera pobre aquele que, por não ter um conjunto específico de capacidades ou habilidades [*capabilities*], não tem também condições de agir com o intuito de obter um nível aceitável de bem-estar, são algumas grandes correntes contemporâneas do pensamento sobre a temática da pobreza. O conceito de pobreza tem usos diversificados, mas dois deles são muito recorrentes em realidades sociais, econômicas e culturais bem distintas, como a Europa ocidental ou a América Latina: um, no plano teórico (mais acadêmico), e outro, mais operacional, sobretudo no processo de elaboração e implementação de políticas públicas/sociais.

4 Considerações finais

Os fenômenos da pobreza e da exclusão social tem persistido em distintas sociedades (inclusive nos países desenvolvidos) e agravado suas expressões desde as formas mais

tradicionais (ausência de renda como exemplo emblemático) como também em novas formas e modalidades para além da ampliação das desigualdades entre países, entre grupos sociais e entre indivíduos.

Entre os países ricos, em um contexto de crise econômica, está ocorrendo um aumento progressivo da pobreza e da miséria e, de forma mais ampla, até mesmo das desigualdades sociais. A persistência da pobreza nos países ricos e suas expressões mais dramáticas e evidentes nos países mais pobres e em desenvolvimento apontam para a necessidade de uma identificação e focalização de políticas públicas e, sobretudo, de políticas sociais que atendam às necessidades das pessoas e famílias localizadas na base da estrutura social.

Ao mesmo tempo em que as transferências diretas de renda, como o Rendimento Social de Inserção ou o Programa Bolsa Família, em Portugal e no Brasil, respectivamente, podem não contribuir para a retirada das famílias de uma condição de pobreza, a ausência do Estado, pode representar a ampliação de situações de miserabilidade. Sobretudo no Brasil, onde a pobreza se expressa de forma mais clara e evidente, a presença do estado, principalmente, mas não apenas, com as transferências diretas de renda, tem sido um dos principais fatores de impacto na melhoria das condições de vida dos mais pobres, dentre eles, na quantidade da alimentação, o que interfere diretamente na diminuição do fenômeno da fome.

Em Portugal, em contexto de crise, a redução das prestações sociais como o subsídio do desemprego e do Rendimento Social de Inserção (o Bolsa Família Português), representou a interrupção de uma trajetória de diminuição da pobreza que vinha ocorrendo desde 1990. O fato de um a cada quatro portugueses estarem em risco de pobreza ou exclusão social, sobretudo as crianças, mostra um cenário de diminuição dos recursos para os mais pobres, em um contexto de austeridade excessiva, que afeta principalmente a base social portuguesa e amplifica a diferença entre essa base e o topo da pirâmide social.

Dito isso, conclui-se, ressaltando a importância das transferências diretas de renda, mas não apenas como um importante mecanismo de redução da miséria e até mesmo como uma possibilidade de saída de indivíduos e famílias de uma condição de pobreza. No geral, um conjunto de políticas públicas e, sobretudo as sociais, elaboradas e implementadas, focando diminuir as desigualdades sociais, é um importante sinal, tanto para a construção de uma sociedade menos desigual e como menor disparidade, e isto passa necessariamente, mas não apenas, pelo poder público.

Referências

ALEDO, A, SULAIMAN, S. La incuestionabilidad del riesgo. **Ambiente & Sociedade**: São Paulo, v. 17, n. 4, p. 9-16, 2014.

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; LEITÃO e MELLO, J. Mudanças nas Condições de vida dos Idosos rurais brasileiros: resultados não-esperados dos avanços da seguridade rural. **Textos para Discussão N°1066**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005, p. 1- 16.

CASTEL, R. **Les metamorphoses de la question sociale**: une chronique du salariat. Paris: Fayard. 1995.

_____. As armadilhas da exclusão. In: **Desigualdade e a questão social**. BELFIORE, W. M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Orgs.). São Paulo: EDUC, 2000. 350

_____. **Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução: Iraci D. Poleti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 5ª Edição, 2005.

DEL GROSSI, M. E.; A redução da pobreza: de 44 milhões para 29,6 milhões de pessoas. In: Graziano da Silva; Del Grossi; França. (Org.). **Fome Zero**: a experiência brasileira. 1ed. Brasília: Núcleo de Estudo Agrário e Desenvolvimento Rural, 2010, v. 1, p. 301-315.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; SOUZA, M. Ocupação e Renda nas Famílias Rurais: Brasil, 1992-98. **Economia Em Revista**, Maringá, v. 7, n.2, p. 5-22, 1999.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. **Evolução da pobreza no Brasil, 1995/99**. Texto para Discussão (Campinas), Instituto de Economia, UNICAMP, v. I, p. 1-35, 2001.

DELGADO, C. G.; CARDOSO, JR., J. C. O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: a experiência recente da universalização In: CAMARANO, A. A. et al. (Orgs.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 293 – 319.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo, nº. 24, 1991.

_____. **The three worlds of welfare capitalism**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

_____. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Arquivo da Internet. 2000.

HAGENAARS A.; DE VOS, K. The definition and measurement of poverty. **The Journal of Human Resources**, v. 23, n. 2, 1988, p. 211-221.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo/SP, v. 9, n. 24, p. 159-172, mai/agos de 1995.

_____. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**, Campinas/SP, v. 11, n.2, p. 213-235, jul/dez de 2002.

_____. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: Análise dos dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 15, n.1, p. 49-61, 2008.

JORGE, R.P. **Os 10 erros da Troika em Portugal: Austeridade, sacrifícios e empobrecimento**. Lisboa: Esfera, 2014.

KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.

_____. Diversificação das Rendas nos Domicílios Agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. **Economia e sociedade** (UNICAMP), Campinas, v. 12, n.12, n.1, 2003.

_____. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2007.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza rural no Brasil em 2003**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 10, maio 2005. Campinas, SP: Sociedade Brasileira de Economia Política, 24 a 27 de maio de 2005.

LANJOUW, J. **Behind the line: demystifying poverty lines**. In: Poverty reduction – Poverty measurement: Behind and beyond the poverty line. Nova Iorque: PNUD, 1997.

LAVINAS, L. O Barato da Pobreza. **Inteligência**, Rio de Janeiro, v. III, p. 40-46, 1998.

_____. Acessibilidade Alimentar e Estabilização Econômica nos Anos 90. **Nova Economia** (UFMG), Belo Horizonte, v. 8, n.2, p. 59-83, 1998.

_____. Pobreza e Exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 4, n.I, p. 25-59, 2002.

LENOIR, R. **Les exclus. Un Français sur 10**. Paris: du Seuil, 1974.

MARIANO, S. A; CARLOTO, C. M. **Gênero e combate à pobreza: programa Bolsa Família**. Rev. Estud. Fem. vol.17 no.3 Florianópolis sept./dec. 2009.

MARQUES, E. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

MATTEI, L. A. Redução da pobreza na América Latina num contexto de crise econômica mundial. In: MODENESI, A. M, et al. (Orgs.). **Sistema financeiro e política econômica em uma era de instabilidade: tendências mundiais e perspectivas para a economia brasileira**. 1.ed. Campus/Elsevier - Rio de Janeiro - RJ 2012.

_____. **Pobreza e Política de Desenvolvimento Territorial: noções, metodologias de mensuração e estratégias de enfrentamento do problema**. In: Miranda, Carlos; Tiburcio, Breno. (Org.). Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil. 1ed.Brasília-DF: IICA, 2013, v. 1, p. 01-359.

MORGULIUS, S. **Fasting and Under-Nutrition**. Nova Iorque: Dutton, 1923.

MUSTERED; S; MURIE, A. The spatial dimensions of urban social exclusion and integration. In: Musterd, A. Murie and C. Kesteloot (orgs.) **Neighbourhoods of Poverty: Urban Social Exclusion and Integration in Europe**. Basingstoke: Palgrave. 2002 .

PAUGAN,S. **Les formes élémentaires de la pauvreté**. Paris: PUF, 2005.

POCHMANN, M.; AMORIM, Ricardo (Org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2003. v. 1. 221p.

RAVALLION, R. **Poverty Comparisons**. Fundamentals of pure and applied Economics. Chur, Suíça: Harwood Academics Publishers, 1994.

SEN, A. **Poverty and Famines: an essay on entitlement and deprivation**, Oxford, Oxford University Press, 1983.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMMEL, G. **El cruce de los círculos sociales**. In: sociologia,2. Estudios sobre las formas de socialización. Alianza Universidad, 1972. 344

_____.**Les pauvres**. Paris: Quadrige,1998.